



CARTA ABERTA DA BASE DO SINTEST-RN À FASUBRA

Natal, 23 de outubro de 2024

Nós, membros da base do Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Educação do Ensino Superior do Rio Grande do Norte (SINTEST-RN), vimos por meio desta expressar nossa insatisfação com o descompasso crescente entre as decisões tomadas pela Direção da FASUBRA, em nome da nossa categoria, e a real vontade das bases representadas.

Temos acompanhado, com preocupação, movimentos e deliberações que são decididos em instâncias superiores sem o devido diálogo e sem a participação efetiva da categoria. A FASUBRA, enquanto entidade representativa de âmbito nacional, tem o dever de manter um canal permanente de consulta e escuta aos trabalhadores de base. No entanto, o que testemunhamos é uma sequência de deliberações que não refletem nossos anseios e, em muitos casos, sequer são discutidas com a base antes de serem oficializadas.

Após parte da categoria que não se sentiu contemplada recorrer à FASUBRA, duas das três coordenadoras gerais da Fasubra enviaram ofício ao MGI alegando que o modelo de RSC escolhido e aprovado pela categoria e discutido na CNSC seria inconstitucional. Essa ação não teve respaldo da categoria e foi contrária à decisão da base.

Ato contínuo, o governo retirou da minuta do Projeto de Lei o RSC, e agora alega que haverá discussão em grupo de trabalho, já que a efetiva implantação se dará apenas a partir de abril de 2026.

Em que pese os argumentos daqueles que no momento se dizem contrários ao modelo reivindicado, há que se destacar que a Fasubra realizou em julho do corrente ano uma consulta às bases, sendo decidido que o modelo a ser implantado seria o RSC vinculado ao Incentivo à Qualificação (IQ). Ou seja, o RSC máximo seria equivalente aos 75% do IQ de doutorado (teto da nossa carreira). Essa foi a posição deliberada em assembleia pela base do SINTEST-RN, que, por unanimidade, decidiu pelo modelo vinculado ao IQ e similar ao adotado pelo SINASEFE.

Cabe destacar que todas as demandas apresentadas pela categoria são legítimas, porém a pauta para instituir um novo nível de RSC para atender aos TAEs detentores do título de doutorado não foi apresentada durante a greve e não consta no termo de acordo assinado pelo governo e pelas entidades sindicais. A tentativa de mudar o modelo estudado pela Grupo de Trabalho do MGI e pela Comissão Nacional de Supervisão da Carreira – CNSC poderá causar prejuízos à categoria, atrasando o envio do Projeto de Lei ao Congresso Nacional (previsto para envio ainda em outubro/2024) ou, no pior caso, ser considerado pelo governo como quebra de acordo. Essa pauta e outras que não foram conquistadas na última greve devem ser tratadas como prioridades nas próximas negociações, mas para esse momento é preciso respeitar o acordo assinado e que contempla ao menos 96% da categoria.

Nós, trabalhadores técnico-administrativos em educação, estamos na linha de frente das lutas diárias pela valorização de nossa carreira, por melhores condições de trabalho e por um serviço público de qualidade. Acreditamos que as pautas e ações que nos afetam diretamente devem ser construídas de forma democrática e participativa. O papel de nossos representantes não é apenas o de negociar em nosso nome, mas também de garantir que a voz da base seja ouvida e respeitada em todas as etapas do processo!

Assim, reivindicamos:

- 1) **Transparência nas decisões** – Que todas as deliberações importantes sejam amplamente divulgadas e discutidas com a base antes de qualquer posicionamento oficial da FASUBRA;
- 2) **Consulta à base** – Que sejam realizados fóruns, assembleias ou consultas populares que permitam aos trabalhadores participarem ativamente das decisões que afetam seu trabalho e suas vidas;
- 3) **Respeito à vontade coletiva** – Que o posicionamento da FASUBRA seja resultado de um processo democrático no qual prevaleça a vontade da maioria da categoria, e que os representantes da FASUBRA atuem estritamente conforme as decisões dessa maioria, evitando posições autônomas ou estritamente alinhadas a interesses de coletivos políticos específicos.

Nosso compromisso com a luta sindical é inegociável. No entanto, para que possamos seguir fortalecidos, é essencial que a representação sindical seja legítima e construída a partir da participação consciente e ativa da base.

A base não pode e não deve ser ignorada. Reiteramos nosso compromisso com uma luta sindical combativa e democrática, e esperamos que nossos representantes, em todos os âmbitos, atuem de acordo com esses mesmos princípios.

Respeitosamente,

Assembleia Geral do SINTEST-RN